

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de História e do
Programa de Pós-Graduação em História

ISSN: 1415-9945

ISSN: 2177-2940

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá

Brasil

MOTA, Lúcio Tadeu

A invasão dos territórios do povo Xetá na Serra dos Dourados/PR em meados do século XX

Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-
Graduação em História, vol. 21, núm. 3, 2017, Setembro-, pp. 4-25

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305560681002>

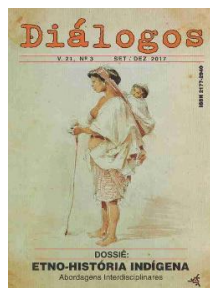
- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UEM  redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto



Diálogos

<http://dx.doi.org/10.4025/dialogos.v21i3>

ISSN 2177-2940
(Online)

ISSN 1415-9945
(Impresso)

A invasão dos territórios do povo Xetá na Serra dos Dourados/PR em meados do século XX

<http://dx.doi.org/10.4025/dialogos.v21i3.39857>

Lúcio Tadeu Mota

Doutor em História pela UNESP/Assis-SP, professor no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Pesquisador no Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história (LAEE) da UEM. Maringá, PR, Brasil, ltmota@uem.br ladeumota@gmail.com

Palavras Chave:

Etno-História indígena;
Índios Xetá; Relações
Socioculturais;
Fronteiras e
populações.

Keywords:

indigenous ethno-
history, Xetá Indians,
Social and Cultural
Affairs, Borders and
populations

Palabras clave:

Etnohistoria indígena;
Indios Xetá, Relaciones
Socioculturales;
Fronteras y poblaciones

Resumo

O objetivo deste é mostrar como os territórios dos índios Xetá, na Serra dos Dourados, foram retaliados e comercializados pelos governantes paranaenses. O recorte temporal começa em 1947, quando iniciam-se os trabalhos de topografia na região, e se estende até início da década de 1950, quando as primeiras expedições das companhias colonizadoras e do SPI vasculharam a Serra dos Dourados em busca dos grupos Xetá que lá viviam. Buscou-se a não reificação da história do quase extermínio do povo Xetá com explicações abrangentes, mas vazias e desubstancializadas, como: “foram vítimas do progresso”, ou “exterminados pelo avanço da fronteira agrícola”, “extintos pela expansão capitalista”. O que se pretende é entender que os Xetá, apesar de estarem inseridos num processo histórico de expansão do capital para novas fronteiras, onde seus territórios eram vistos como oportunidades de negócios, não estavam inertes diante da frente de ocupação. Eles sabiam que os invasores estavam chegando, e agiram para contrapor a ocupação de seus territórios e a sua eliminação física. Dessa forma, sobreviveram ao extermínio, se reorganizaram, continuaram suas lutas, e hoje reivindicam não mais aparecer na história como um povo extinto.

Abstract

The invasion of Xetá territories in the Serra dos Dourados, Brazil, in mid-20th Century

Current paper analyzes how the territories of Xetá populations in the Serra dos Dourados in the northwestern region of the state of Paraná, Brazil, were fragmented and commercialized by several administrations of the Paraná in mid-20th century. Current investigation does not focus on the reification of the history involving almost the total extinction of Xetá populations with in-depth but empty explanations such as the statements: “They were the victims of progress” or “they were exterminated due to the westernization of the agricultural frontier”, or “they became extinct due to capitalist expansion” or “their land became an opportunity for high business”. They did not remain passive in the wake of invasion and occupation of their lands. They knew that the invaders were arriving and acted against the occupation of their lands and their physical extinction. They investigated the strategies of the invaders and developed means to deal with them. They became historical subjects and not mere passive spectators. In fact, they survived extinction and refused to appear in the annals of history as an extinct people.

Resumen

La invasión de los territorios del Pueblo Xetá en la Sierra de Dourados, a mediados del siglo XX

El objetivo de esta reflexión es mostrar cómo los territorios de los indios Xetá, en la sierra de Dourados (Estado de Paraná, Brasil), fueron apropiados y comercializados por los gobernantes del Estado de Paraná. El período considerado se inicia en 1947, cuando comenzaron los trabajos topográficos en la región, y se extiende hasta comienzos de la década de 1950, cuando las primeras expediciones de las compañías colonizadoras y del SPI barrieron la Sierra de Dourados persiguiendo los grupos Xetá que vivían en la región. Lo que se buscó fue la no reificación de la historia del casi extermínio del pueblo Xetá con explicaciones abarcadoras pero vacías y sin substancia, tales como “fueron víctimas del progreso”, “fueron exterminados por el avance de la frontera agrícola” o “desaparecieron por la expansión capitalista”. Aquí se pretende demostrar que los Xetá, a pesar de haber sido incorporados a un proceso histórico de expansión del capital hacia nuevas fronteras agrícolas que veía sus territorios como oportunidades de negocio, no permanecieron pasivos frente al proceso de ocupación. Sabiendo que los invasores estaban llegando, reaccionaron para oponerse a la ocupación de sus territorios y para evitar su eliminación física. Así sobrevivieron al extermínio, se reorganizaron, continuaron luchando y hoy sobreviven reivindicando su derecho a no figurar más en la escrita de la historia como un pueblo desaparecido.

Artigo recebido em 30/09/2017. Aprovado em 04/12/2017

Esse texto é parte de uma pesquisa mais ampla sobre a história dos índios Xetá, que teve início em 2010 com o Projeto *JANÉ REKÓ PARANUHÁ* (O Contar de Nossa Existência) Programa Interinstitucional e Multidisciplinar de Pesquisa Sobre o Povo Xetá, que envolveu pesquisadores da UNB, UFMT, UEM e o Museu Paranaense. Contou com financiamento da CAPES, Edital 07 Capes Pró-Cultura, e teve continuidade, a partir de 2013, com o Projeto A história do povo indígena Xetá no Paraná: 1940 a 1967, financiado pela Fundação Araucária do Paraná

Introdução

Quando o avião passava no alto, eu tinha medo. Fazia muito barulho, como aquela espécie de besouro que conhecíamos. A gente se escondia tudo no mato. À noite, deitado nos braços do meu pai, eu perguntava: pai, o que é isso, que passa em cima da árvore? Que bicho é esse? Ele respondia: Tikuein (era assim que ele me chamava naquela época), isso que você está vendo no alto fazendo barulho é gente branca, é coisa de branco, eles andam lá dentro, contava ele. (SILVA, 1998:157-158)

Foi assim que o Xetá *Kuein/Ñagwakã*¹ narrou, para a pesquisadora Carmen L. Silva, como ele e os seus parentes percebiam que os *txikãndji* – brancos - estavam chegando. O ronco dos aviões sobrevoando a Serra dos Dourados, fotografando-a para os levantamentos topográficos dos técnicos do Departamento de Geografia, Terras e Colonização (DGTC) do Estado do Paraná, foi um dos sinais evidentes de que os invasores tinham chegado ao último refúgio do povo Xetá no Noroeste do Paraná. A tripulação dos aviões não percebia a presença dos Xetá na espessa mata que cobria a margem esquerda do Rio Ivaí, mas os Xetá os viam e os ouviam, associando-os com um besouro enorme chamado *catacuturi-adje*.

Informações históricas mostram os Xetá ocupando extensos territórios nas duas margens do Rio Ivaí desde o início do século XIX. A partir de 1840, tem-se o registro deles num trecho de aproximadamente 400 quilômetros do Rio Ivaí, desde a Colônia Teresa Cristina até abaixo da Corredeira do Ferro. Na Serra dos Dourados eles foram refugiando-se até a

chegada da colonização moderna em 1950.²

Escondidos, esquivos, arredios, em pequenos grupos, internaram-se nos mais recônditos e ignorados abrigos das florestas e não se aproximaram das Colônias Indígenas estabelecidas pelo governo imperial no norte da Província, e nem estabeleceram relações com as populações não indígenas que aos poucos foram penetrando em seus territórios na segunda metade do século XIX e começo do XX. Quanto mais misteriosos e ocultos, mais temidos eram pelas populações invasoras.

Dessa forma, os Xetá traçaram a sua política de sobrevivência em meio aos conquistadores que cada vez mais se aproximavam. Com essa estratégia e organização conseguiram manter o seu modo de vida até meados do século XX, quando seus últimos refúgios na Serra dos Dourados foram devassados pelos topógrafos do governo do Estado do Paraná e pelas companhias colonizadoras que ali se internaram para transformar as florestas dos seus territórios em cafezais e pastagens.

Apesar do artigo 216 da Constituição Brasileira de 1946, afirmar que deveria ser respeitada a posse das terras das comunidades indígenas, a década de 1940 do século XX, foi marcada pelo ápice do processo de desterritorialização dos povos indígenas no Paraná.

Em maio de 1949, foi firmado o acordo entre os governos do Estado do Paraná e da União, objetivando “a regularização das terras destinadas aos índios, e a prestação de maior assistência aos mesmos silvícolas” (BRASIL, 1949). Com esse “acordo” foram revogados

1 Utilizaremos para os nomes e expressões Xetá a grafia elaborada por Aryon RODRIGUES no **Vocabulário Ilustrado Xetá**, 2013, e no **Caderno de campo Xetá**, 2013. Kuein recebeu de seus pais na Serra dos Dourados o nome de *Ñagwakã* - gato do mato (*Leopardus tigrinus*). Apareceu pela primeira vez na documentação do SPI, em 1958, como o "índiosinho Ticoen", depois foi registrado como Coen Nhaguacãn Xeta, em seguida, quando já estava morando na Terra Indígena Ibirama-SC, aparece como o "Xetá" Coên; mas ficou conhecido como Kuein. Conforme SILVA, 1988: 52, na época do contato ele tinha em 16 anos.

2 Sobre a história dos Xetá no século XIX e princípio do XX, ver MOTA, 2013.

todos os decretos estaduais que delimitavam os territórios indígenas desde o início do século XX. O impacto desse acordo sobre as áreas de terras reservadas aos indígenas foi brutal. De um total aproximado de 200.000 hectares (ha), definidos nos decretos do início do século XX, seus territórios foram reduzidos a 53.000 ha, uma diminuição de $\frac{3}{4}$ de suas terras. Além de impor essa drástica redução, o “acordo” definiu que nenhum indígena poderia estar fora das áreas delimitadas a partir de 1949.

Era a apropriação dos territórios indígenas, pelo governo de Moyses Lupion, sob um novo pretexto: o de regularizar a posse das terras a eles destinadas.³

As concessões de terras consideradas “devolutas” por parte do Estado para fins de colonização, que já vinham desde 1930, foram aceleradas no primeiro governo de Moyses Lupion – 1947 a 1950. Foi nesse contexto de apropriação dos territórios indígenas pelos governos estaduais do Paraná, para negociá-los com as companhias colonizadoras, que a Serra dos Dourados dos Xetá foi devassada por agrimensores e topógrafos do Departamento de Geografia, Terras e Colonização (DGTC) no fim da década de 1940.

E mais tarde, nas décadas de 1950 e 1960, as tentativas do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), dos pesquisadores da Universidade Federal do Paraná (UFPR), do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) e da comunidade acadêmica internacional, para criação de uma área reservada aos Xetá na Serra dos Dourados, como prescrevia a Constituição de 1946, não prosperaram.

Não foram adiante porque os governantes do Paraná tinham claro que: não

deveria haver nenhum indígena vivendo fora das “reservas” demarcadas pelo “acordo” de 1949, e se houvesse, eles deveriam ser transferidos para elas porque as terras que porventura ocupassem estavam sendo comercializadas com as companhias colonizadoras. Por isso, as primeiras informações divulgadas sobre os Xetá eram de que eles eram índios do Mato Grosso ou do Paraguai, e quando foi confirmado que eram os últimos grupos indígenas fora das Reservas demarcadas, eles foram capturados e enviados ao SPI para aldeia-los junto as outras etnias (Guarani e/ou Kaingang) nas Reservas Indígenas existentes no Estado.

Assim, objetivo desse artigo é mostrar como os territórios dos índios Xetá, na Serra dos Dourados, foram retaliados e comercializados pelos governantes paranaenses. O recorte temporal começa em 1947, quando iniciam-se os trabalhos de topografia na região, e se estende até início da década de 1950, quando as primeiras expedições das companhias colonizadoras e do SPI vasculharam a Serra dos Dourados em busca dos grupos Xetá ali abrigados.⁴

Não se pretende aqui reificar a história do quase extermínio do povo Xetá com explicações abrangentes, mas vazias e desubstancializadas, como: “foram vítimas do progresso”, ou “exterminados pelo avanço da fronteira agrícola”, “extintos pela expansão capitalista”. E sim entender que os Xetá estavam inseridos no processo capitalista, numa “situação colonial” (BALANDIER, 1993). E nesse processo sócio histórico outros sujeitos como os governantes do Paraná, as Companhias Colonizadoras, grandes proprietários de terras, viram nos seus territórios oportunidades de negócios. Para isso precisavam apresentá-los como uma grande área, “vazia”, propícia ao

3 Para maiores detalhes sobre o impacto desse decreto na diminuição dos territórios indígenas no Paraná como um todo ver NOVAK, 2006. Especificamente sobre os territórios indígenas na bacia hidrográfica do Rio Ivaí conferir MOTA e NOVAK, 2008, e para o Rio Tibagi ver NOVAK e MOTA, 2013.

4 De agosto de 1950 a novembro de 1955 o SPI realizou cinco (05) expedições na Serra dos Dourados. Nos anos subsequentes os agentes do SPI e pesquisadores da UFPR realizaram mais uma dezena de novas expedições. A descrição e análise de cada uma dessas destas expedições não caberia no espaço dessa reflexão.

cultivo do café e à espera dos colonizadores que iriam transformar a Serra dos Dourados em um novo celeiro de alimentos para o mundo, em uma nova Canaan⁵.

A análise é sustentada nos princípios definidos pela etno-história a partir de sua matriz norte-americana, que vem discutindo as questões relativas à história dos povos ameríndios desde a Conferência de História Indígena de Columbus em Ohio – EUA em 1953.⁶ Nessa conferência, afirmou-se a importância da incorporação e do uso combinado dos dados advindos de outras disciplinas como: linguísticos, ambientais, de cultura material e etnográficos, e evidenciou a necessidade de considerar, na análise, as tradições orais e os etno-conhecimentos da sociedade estudada. Também agrega as contribuições de historiadores e antropólogos brasileiros que colocaram a questão da história dos povos indígenas como objeto de pesquisa a partir da década de 1980.

Dessa forma a presença/ação dos Xetá na Serra dos Dourados foi analisada com o uso combinado de diversas fontes: dados ambientais da região gerado por geógrafos e biólogos, documentação do governo do Paraná e das Cias Colonizadoras, noticiário jornalístico da época, obras dos historiadores regionais, informações etnográficas, e as narrativas dos Xetá enquanto sujeito histórico, como indica John Monteiro:

Não basta mais caracterizar o índio histórico simplesmente como vítima que assistiu passivamente à sua destruição. Importa recuperar o sujeito histórico que agia de acordo com sua leitura do mundo ao seu redor, leitura esta informada tanto pelos códigos culturais da sua sociedade como pela percepção e interpretação dos eventos que se desenrolavam. (Monteiro, 1999, p.248)⁷

Sustentado nessa ancoragem teórico-metodológica é que balizaremos a análise sobre os primeiros anos da invasão dos territórios Xetá na Serra dos Dourados. Lá eles agiram para contrapor a ocupação de seus territórios e a sua eliminação física. Identificaram os invasores e desenvolveram estratégias para lidar com cada um deles, qualificando-se como sujeitos históricos, e não meros espectadores indefesos diante da expansão da sociedade capitalista sobre seus territórios.

A Serra dos Dourados

Desde 1875, e possivelmente em períodos anteriores, a região já recebia a denominação de “Serra dos Dourados”, conforme o Relatório de William Lloyd:

Abaixo da confluência do Ivahy no Paraná, vê-se nas margens desse rio a extremidade da Serra dos Dourados, que apresenta-se como um rochedo escarpado de mais de 30 metros de altura, notável pela sua côr e pela extraordinária profundidade que tem ali o

5 A discussão sobre a ideia de que grandes áreas do Paraná estavam “vazias” à espera da colonização enquanto uma construção histórica ver MOTA, 1994.

6 O debate iniciado na Conferência de Columbus continuou repercutindo no meio acadêmico americano e teve vazão nas publicações da **Revista Ethnohistory**. A preocupação pela definição do que seria a etno-história foi tema da oitava reunião anual da *American Indian Ethnohistory Conference* realizada em novembro de 1960 na Universidade de Indiana. Os trabalhos ali apresentados foram publicados na revista **Ethnohistory**, v. 8, n. 1 em 1961, e os comentários relativos aos *papers* apresentados foram publicados nesse mesmo ano na **Ethnohistory**, v. 8, n. 2. O tema foi abordado sob várias perspectivas por pesquisadores de diversas áreas, desde o folclore, (DORSON, 1961) passando pela história, (WASHBURN, 1961) pela antropologia (VOEGELIN, 1954; VALENTINE, 1961; LEACOCK, 1961; EWERS, 1961; LURIE, 1961) e arqueologia, (BAERREIS, 1961). Para uma síntese dessa discussão, ver: MOTA, 2014.

7 No Brasil, muitos são os pesquisadores que têm tratado da história dos povos indígenas nas últimas quatro décadas. Não caberia aqui um balanço desses autores, mas é necessário destacar, pela perspectiva antropológica, os trabalhos de Manuela Carneiro da Cunha e João P. de Oliveira Filho, e, de um ponto de vista histórico, os trabalhos de John M. Monteiro.

rio Paraná, nada menos de 22 metros na base do rochedo. (LLOYD, 1875:28-29)

O engenheiro inglês se referia aos paredões esculpidos pelo Rio Paraná na atual localidade de Porto Camargo. No Mapa Geral da Estrada de Ferro D. Isabel, contido nesse mesmo Relatório de William Lloyd, podemos ver a Serra dos Dourados tanto na sua porção paranaense como na sua continuidade no Mato Grosso do Sul.

A população regional informa que os divisores das águas dos Rios das Antas a leste, e Veados, a Oeste, recebeu a denominação de Serra dos Dourados devido à quantidade de serpentes popularmente conhecidas como urutu dourado (*Bothrops jaracussu*) ali existentes.⁸

Esses territórios entre os Rios Ivaí, Piquiri e Paraná estão assentados geologicamente na Formação Caiuá, resultante de depósitos de arenitos pela ação eólica e fluvial (PARANÁ MINEROPAR, 2001:40). Ele tem uma topografia de colinas suaves e planícies nas proximidades dos rios (MAACK, 1941:123), destacando-se nesse relevo a Serra dos Dourados que atinge a altitude de 500 metros no seu ponto mais elevado, marcando o divisor das águas dos Rios Ivaí, Piquiri e Paraná, o que levou o geógrafo Reinhardt Maack recomendar que não a denominasse de “serra” e sim de “chapada” (MAACK, 1941:124).

O povo Xetá já tinha uma explicação para a topografia ondulada da Serra dos Dourados. Para eles, antes da “água grande”, do grande dilúvio ocorrido em tempos remotos, “a terra era retinha”, plana, não havia “montanha, nem barro, nem morro” (SILVA, 2003:94). As narrativas Xetá registram as grandes chuvas que

quase destruíram toda a Terra, e todas as pessoas, menos um casal de irmãos que se refugiou no alto de uma palmeira. Lá do alto passaram a gritar por ajuda quando apareceram as saracuras (*aramides saracura*) e outros pássaros que foram trazendo terra, pisando, e aterrando onde eles estavam, formando assim a topografia de colinas suaves da região.⁹

Comparando a vegetação existente nas áreas do Arenito Caiuá com a das terras roxas resultantes da decomposição das rochas eruptivas situadas a leste, Reinhard Maack afirma que elas são diferentes. No arenito, a “mata é menos exuberante (...) faltam especialmente as palmeiras *Enterpe edulis*, típicas na terra forte (Terra Roxa) (...) bem como as Figueiras brancas, Pau d’Alho” (MAACK, 1941:124). Esses territórios do Arenito Caiuá no Noroeste do Paraná, considerados menos férteis, foram os últimos a serem colonizados no Estado no início dos anos de 1950.

Quando Maack os visitou em 1933/34, em sua viagem pelo Rio Ivaí¹⁰, eles estavam ocupados pelos grupos Xetá. Ainda não havia a colonização empresarial das Cias na região. O povoamento mais próximo era a vila de Campo Mourão distante mais de cem quilômetros, com a presença de alguns moradores fixos em Porto Camargo no Rio Paraná. Maack ficou admirado com a quantidade de animais que existia na região. As antas (*Tapirus*), veados (*Cervidae*), jacarés (*Caiman*), capivaras (*Hydrochoerus hydrochaeris*) e muitas espécies de pássaros. Esses animais eram mansos e permitiam que ele e os homens da sua expedição chegassem a pouca distância para fotografá-los e filmá-los.

8 Essas serpentes eram uma das fontes de proteínas do Xetá. As formas como eles as preparavam para o consumo pode ser observado em fotos e filmagens realizadas pelos pesquisadores da UFPR a partir de 1955.

9 Talvez a “primeira” versão dessa narrativa tenha sido feita para o professor Aryon D. Rodrigues em 1960 na Serra dos Dourados quando ele a anotou em seu caderno de campo. Essa versão pode ser vista em Rodrigues, 2013a. Depois, em 1996, eles a narraram para Carmen L. da Silva. E mais recentemente foi recontada no projeto Jane Rekó Paranhá e publicada com ilustrações em FAUSTINO et al, 2013.

10 Sobre essa viagem, ver Reinhard MAACK, 1936.

Os animais de caça tinham-se refugiado para aquelas paragens, recuando perante a colonização crescente do país que vinha do norte, leste e sul, bem como do Rio Paraná com seu movimento de navios. (...) Mas quanto mais progredir a colonização do país, os animais de caça refugiados até agora naquelas florestas, cada vez se vêem mais perseguidos, sendo totalmente exterminados pela fuzilaria insensata dos caçadores, como acontece em todas as demais zonas de colonização do Brasil Meridional. (MAACK, 1941:125-126)

Da mesma forma as narrativas dos Xetá informam sobre esse tempo de fartura na Serra dos Dourados, assim relataram.

Nós sempre tínhamos muita caça, frutas e mel. (...) Além das frutas do mato, nós tínhamos o mate “kukuay”, nossa bebida do dia a dia, que era macerado no pilão, e depois colocávamos na água fria e bebíamos. Alimentávamo-nos ainda de pequenas larvas, extraídas do tronco das palmeiras, aves, palmitos e outras coisas que tínhamos no mato. Naquele tempo tínhamos muita fartura, não passávamos fome. (SILVA, 1998:126)

Os Xetá faziam o manejo e aproveitamento dessa biota de diversos modos; desde o consumo das frutíferas até o preparo da erva mate; dos animais e insetos comestíveis até as bebidas feitas de pólen e mel que lhes forneciam proteínas. Faziam uso terapêutico de diferentes plantas e animais que ia dos pés do jacu (*Penelope*) aquecidos para curar dor de dente, dos cipós imbé (*Philodendron imbe*) amarrados no tórax para aliviar dor nas costas, até o mel de irapuan (*Trigona spinipes*) para cicatrizar feridas e curar queimaduras. (Rodrigues, 2013a) E para toda essa biota eles tinham nomenclaturas. (Rodrigues, 2013b)

Refletindo sobre a situação dessa última reserva de floresta e último refúgio da fauna no Noroeste do Estado do Paraná, Reinhardt Maack argumentou que o solo do arenito, além de ser considerado inapropriado para

agricultura, pois, naquela época, todas as atenções estavam voltadas para os ricos solos das terras roxas do norte do Estado, era poroso e poderia favorecer a dispersão de doenças como a ancylostomiasis. Ele então propôs que a região fosse preservada como “parque de proteção à natureza e região reservada para dar guarida à caça. (...) O Estado do Paraná com isso prestaria um relevante serviço à civilização” (MAACK, 1941:125-126).

A região que foi descrita fito-geograficamente por Maack como Florestas Pluviais Tropicais do Nordeste Paranaense, foi estudada, entre 1958 e 1961, pelo botânico Rubens Braga da UFPR, que participou das expedições organizadas por Loureiro Fernandes na Serra dos Dourados. Ele fez um inventário florístico e observou que a vegetação da região apresentava “três tipos de associações, respectivamente localizadas: nas Matas de Espigão, nas Ciliares, e nos Campos de Inundação, todas elas mais ou menos características e condicionadas a determinadas condições ecológicas” (BRAGA, 1962:32-33).

E o botânico Braga também observou que sem a vegetação nativa fazendo a cobertura do solo de arenito, os processos de erosão, pelas águas pluviais, seriam acentuados e a região sofreria alterações que impactariam o solo e o clima. Assim aconselhou que o Estado fizesse uma regulamentação coibindo novos desmatamentos e a criação de parques para preservação da biota e dos índios Xetá.

O mais importante dos geógrafos do Paraná, na época, já tinha feito essa proposição em 1941, alguns anos antes da entrada dos primeiros topógrafos na região, a serviço do governo do Estado para medir as glebas que seriam negociadas com as companhias colonizadoras. Desde a proposição de Reinhardt Maack em 1941, muitos intelectuais reafirmaram essa proposta, ora como uma reserva florestal, ora como uma área reservada aos indígenas, ou uma reserva mista que protegesse a fauna/flora e abrigasse os Xetá.

Sustentado na argumentação de Maack, o dono da Fazenda Santa Rosa, deputado estadual Antônio Lustosa de Oliveira, propôs em novembro de 1955, à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a criação de um Parque Florestal Estadual na região da Serra dos Dourados. O artigo 1º de sua proposição definia a área do Parque.

Artigo 1º - Fica reservado para constituir-se em “Parque Florestal do Estado” toda a área de terras devolutas na faixa de setenta (70) quilômetros, da margem esquerda do Rio Paraná, entre a confluência do Rio Ivaí e o paralelo 10.24.0. (OLIVEIRA, 1978:170)

O autor da lei informou que seu projeto teve pareceres favoráveis das comissões técnicas da casa, mas:

(...) sofreu lamentável veto do Poder Executivo de então, sob argumentação de que já haviam sido diferidos inúmeros requerimentos de compra de terras localizadas na região mencionada pelo projeto. (OLIVEIRA, 1978:173)

A pugna pela proteção da área continuou em outros foros. O Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) e Loureiro Fernandes passaram a defender a criação de um Parque Nacional na região incorporando o patrimônio paisagístico dos saltos de Sete Quedas. Cinco anos depois da proposição frustrada do deputado Antônio Lustosa, essa discussão tinha chegado aos fóruns internacionais. Uma moção de criação de um Parque Nacional Indígena na região dos Rios Ivaí, Piquiri e Paraná foi aprovada no XXXIV Congresso Internacional de Americanistas realizado em Viena em 1960, e enviada ao presidente do Brasil através de uma carta do governo austríaco.¹¹

11 Cf. Herbert BALDUS, 1960:461. Sobre a necessidade de criação de uma reserva federal na Serra dos Dourados, ver: FERNANDES, 1959:22-26; FERNANDES, 1962:151-154; BRAGA, 1962:33.

12 A criação do Parque Nacional das Sete Quedas proposta em 1957, foi criado em maio de 1961 pelo Decreto nº 50.665, e extinto em junho de 1981 pelo governo militar de João B. Figueiredo através do Decreto Presidencial nº 86.071. Carmen Silva afirma que o SPI foi “omisso e negligente” nessa questão do Parque das Sete Quedas. (SILVA, 1998:210)

No ano seguinte, o Decreto Presidencial nº 50.665, de 30 de maio de 1961, assinado pelo presidente Jânio Quadros, criou o Parque Nacional de Sete Quedas. A área definitiva do parque deveria ser fixada após os estudos feitos sob a orientação do Serviço Florestal com a colaboração do Serviço de Proteção aos Índios, ambos órgãos do governo federal. E nessa área deveria estar resguardado “os interesses dos índios que habitam a região”, os Xetá, conforme o artigo 3º do referido decreto.¹²

A área destinada aos Xetá não foi demarcada, e foram desconsideradas as recomendações dos cientistas da Universidade Federal do Paraná sobre a fragilidade do ecossistema da Serra dos Dourados. A fuzilaria dos caçadores exterminou os animais, os machados dos colonos puseram abaixo a floresta, e a ganância por lucros das colonizadoras e dos governos do Paraná retaliaram os territórios Xetá transformando-os em mercadoria.

Figura 1. Capivaras na margem do Rio Ivaí. Foto tirada sem teleobjetiva a uma distância de 4 metros.



Fonte: Reinhard MAACK, 1941: Foto 12.

Os núcleos coloniais entre os Rios Ivaí e Piquiri

Com o estabelecimento da República brasileira em 1889, o Governo Provisório de Deodoro da Fonseca atribuiu aos Estados da

federação o poder de decidir sobre as chamadas “terras devolutas” e os assuntos envolvendo os índios e seus respectivos territórios. Esta descentralização no tratamento das questões da terra deixou os povos indígenas à mercê das oligarquias locais que detinham o poder político em cada Estado. Os interesses particulares das elites políticas locais, ligadas aos objetivos das frentes de expansão capitalista, acabavam por dispor, de acordo com seus interesses econômicos, dos territórios indígenas.

Jose Maria de Paula, diretor do SPI no período de 1944 a 1947, analisando a questão de terras relacionadas aos indígenas escreveu: “nessa situação, praticamente sem amparo nem assistência, continuaram os índios encantados em tratos de terras, cada vez mais reduzidos pela intrusão de posseiros e colonos” (PAULA, 1944:57)

No Paraná, no período de 1889 a 1930, os governos estaduais negociaram imensas áreas de terras com companhias colonizadoras e particulares, e pela avaliação do interventor Manoel Ribas, a colonização do Estado estava à “mercê de colonizadores inidôneos”, (PARANÁ, 1940:22) e quase um terço do Estado estava na condição de terras griladas. “A fraude e o vício imperam na documentação com que supostos proprietários se arrogam o domínio sobre extensa área, constituindo quase um terço da superfície do Estado” (PARANÁ, 1940:22). Dessa forma, intrusos e grileiros agiam na apropriação das terras do Estado, utilizado:

(...) jagunços e pistoleiros de ofício, intranquilizavam posseiros e sitiantes, obrigados também, muitas vezes, a reagir à bala, de sorte que muitos capítulos da história da ocupação da terra do Paraná moderno, foram escritos com fogo e sangue. (WESTPHALEN, 1968:26)

E os territórios dos Xetá entre os Rios Ivaí e Piquiri, no Noroeste do Estado, estavam no grilo conhecido como Reconquista, o maior do Estado, com uma área de 446.280 alqueires, ou seja, mais de um milhão de hectares

A partir de 1930, com a intervenção do governo federal no Paraná até 1947, o Estado buscou regulamentar as concessões de terras feitas até essa data. Foram vários os decretos rescindindo algumas concessões antigas, tornando caducas outras, e estabelecendo medidas para novas concessões. E o Departamento de Terras e Colonização baixou medidas administrativas com instruções para legitimação de posses e venda de novas áreas devolutas então pertencentes ao Estado.¹³

Assim, com o reestabelecimento das eleições para o governo do Estado, e com a eleição de Moyses Lupion, 1947 a 1950, acelerou-se o processo de colonização de diversas áreas por todo o Paraná. Durante o quadriênio do governo Lupion, foram medidos e processados quase dez milhões de metros quadrados de terras (9.870.605.881 m²) ou 9.870,60 Km², equivalente a 4,86% do território paranaense. Destes, passaram do domínio do Estado para particulares mais de quatro milhões de metros (4.430.050.637 m²), e o restante (4.647.035,600 m²) o Departamento de Geografia, Terras e Colonização (DGTC) já tinha expedido títulos de opção de compra. O negócio da venda de terras rendeu ao Estado do Paraná no período de 1947 a 1950 o total de Cr.\$ 92.618.405,90 milhões de cruzeiros.¹⁴ Apenas no governo Moyses Lupion, (1947 a 1950), foram negociados quase 5% do território do Paraná.

A sanha de medir, esquadrinhar e vender as glebas de terras “pertencentes” ao Estado englobou os territórios dos Xetá na Serra dos Dourados. Nesse processo, as terras do Grilo

13 Sobre a legislação estadual de terras e colonização desse período, ver COSTA, 1976. Para maiores detalhes sobre a política fundiária no Paraná nesse período, ver: WESTPHALEN, MACHADO, BALHANA. 1968; PRORI, 2012; HARACENKO, 2007.

14 Para maiores detalhes sobre esses dados, ver: PARANÁ, 1950.

Reconquista foram retomadas pelo Estado e divididas em Núcleos de Colonização. Era a última fronteira do Estado, o último refúgio da flora, da fauna e dos índios no Paraná.

Nessa época, 1949/1950, os engenheiros e topógrafos do Departamento Administrativo do Oeste do Paraná¹⁵ estavam internados nos territórios do Noroeste trabalhando na sua divisão em Núcleos de colonização, estes em Glebas e estas em lotes para atender ao “grande interesse na aquisição de terras por parte de colonos que, vindos de vários Estados, buscam o Paraná” (PARANÁ, 1951:9).

A região foi dividida em sete núcleos de colonização, totalizando 864.046,63 hectares de terras e negociadas com companhias colonizadoras. O DGTC reservou uma área para o Governo do Estado na confluência do Rio do Veado no Paraná, em Porto Camargo, de dois mil hectares (2.000), e preservou as áreas pertencentes à Sociedade Colonizadora Paraná Ltda, e as do Banco do Rio Grande do Sul, no Rio das Antas

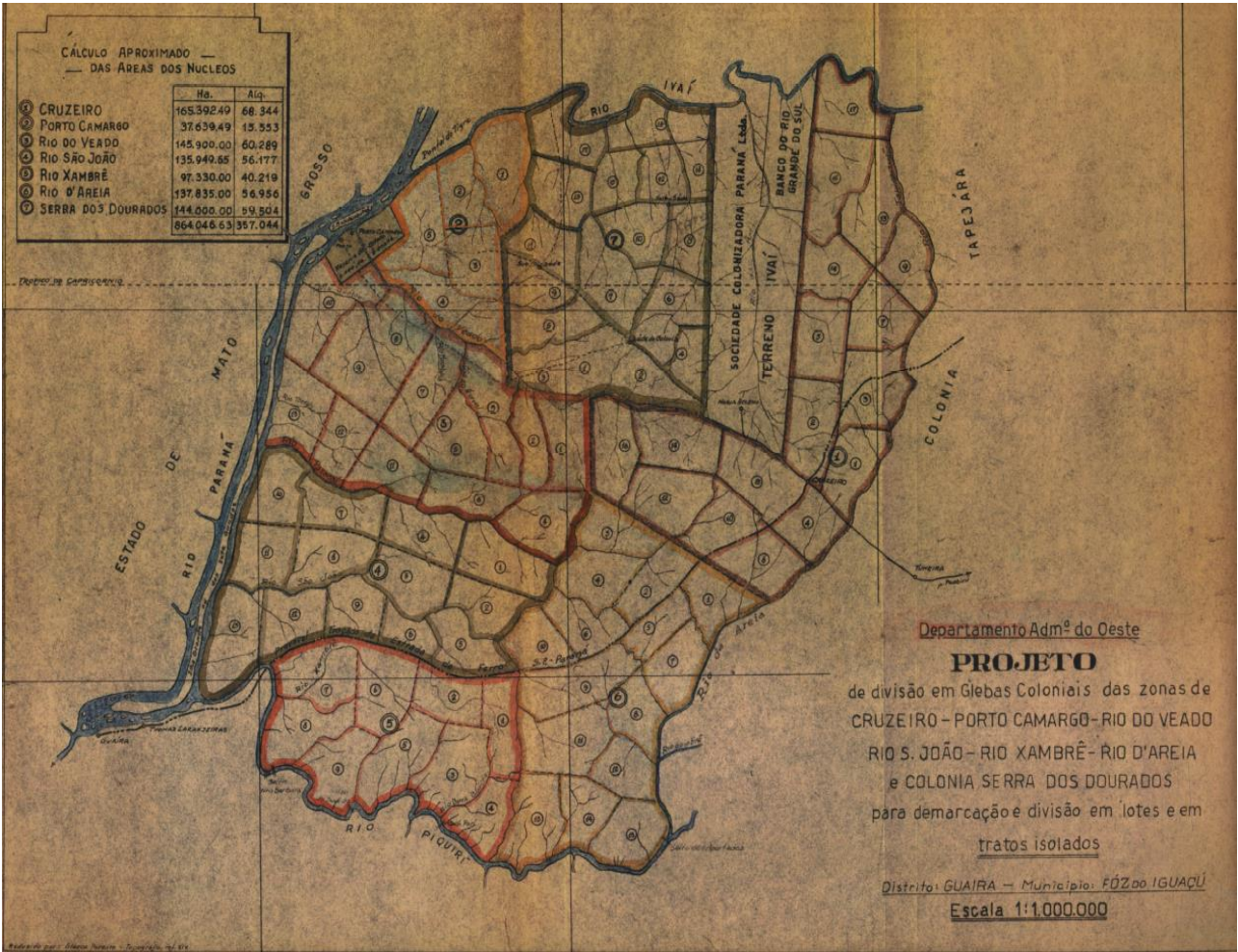
Mapal: Mapa do estado do Paraná com áreas de terras griladas em 1940



Fonte. PARANÁ, 1940

15 O Departamento Administrativo do Oeste do Paraná (DAO) foi criado pela Lei nº 4 de 25 de outubro de 1947 pelo governador Moyses Lupion com a finalidade de administrar a região do antigo Território Federal do Iguaçu que abrangia diversos municípios na área das fronteiras, com o Paraguai e Argentina desde o Rio Ivai ao Norte até a divisa com Santa Catarina ao Sul. Seu primeiro Diretor foi o engenheiro Sadi Silva e a sede do DAO foi instalada em Laranjeiras do Sul.

Mapa 2. Núcleos de Colonização entre os Rios Ivaí e Piquiri.



Fonte: PARANÁ, 1951.

Tabela 1. Núcleos de colonização no antigo grilo Reconquista

N	Nome do Núcleo	Área em Ha	Área em Alqueires
1	Cruzeiro	165.392,49	68.344
2	Porto Camargo	37.639,49	15.553
3	Rio do Veado	145.900,00	60.289
4	Rio São João	135.949.65	56.177
5	Rio Xambê	97.330,00	40.219
6	Rio D´Areia	137.835,00	56.956
7	Serra dos Dourados	114.000,00	59.504
Total		864.046,63	357.044

Fonte. PARANÁ, 1951

O Núcleo Colonial Serra dos Dourados

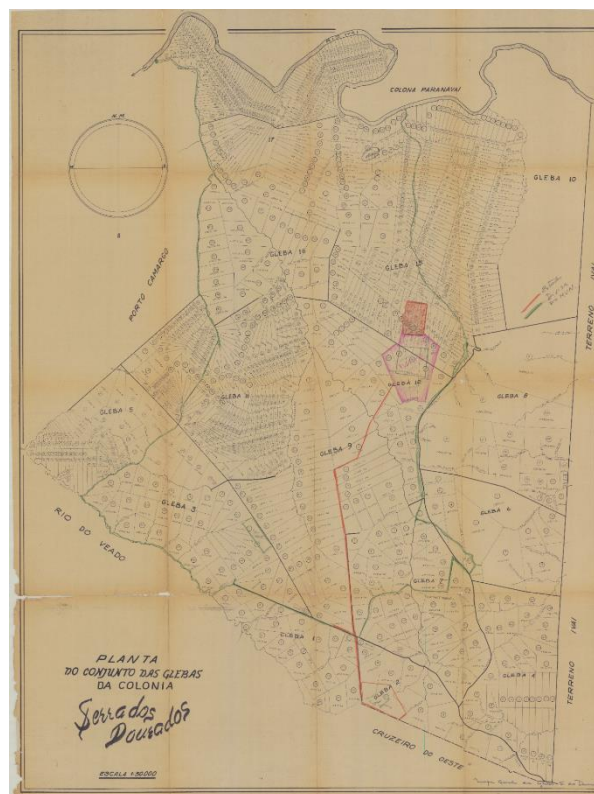
O Núcleo Colonial da Serra dos Dourados, com uma área de 114.000,00 há, foi dividido em 17 glebas, e negociado pelo governador Moyses Lupion com o Sr. Suemitsu Miyamura, um protético dentário que morava na cidade de Apucarana no Norte do Paraná. Conhecedor de um grande contingente de descendentes de japoneses que atendia na região, ele percebeu que essa poderia ser uma oportunidade para iniciar seus negócios imobiliários. Fez tratativas junto ao governo de Moyses Lupion e iniciou seu empreendimento na Serra dos Dourados em 1949. Como o próprio Sr. Suemitsu escreveu em uma matéria no Jornal O Dia de Curitiba, em abril de 1949, ele protocolizou na Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, no Palácio do Governo e no Departamento Administrativo do Oeste, um plano de colonização. Em novembro desse mesmo ano, ele recebeu parecer favorável do governador do Estado que autorizou o Departamento Administrativo do Oeste,

(...) a proceder de acordo com a informação exarada em 20 de junho de 1949, pelo respectivo Diretor, segundo o qual se criaria, para a localização dos citados colonos, a Colônia posteriormente chamada "SERRA DOS DOURADOS", divididas em glebas de 5.000 (cinco mil) alqueires cada uma, cujos trabalhos preliminares de medição, demarcação e loteamento, foram por nós imediatamente providenciados.¹⁶

Os trabalhos de topografia, abertura de estradas e a divisão do Núcleo de Colonização em Glebas e estas em lotes para comercialização, que seguiram acelerados até o fim do governo

Moyses Lupion em janeiro de 1951, foram paralisados com a posse do novo governador Bento Munhoz da Rocha em fevereiro desse mesmo ano. Então começaram as dificuldades da Cia, Myamura, o novo governo do Estado do Paraná retirou o apoio ao empreendimento do Sr. Suemitsu, e a Cia. Brasileira de Colonização, conhecida em toda região Noroeste do Estado como Cobrinco, apoiada pelo governador de São Paulo, Ademar de Barros, e no Paraná pelo governador Bento Munhoz, assumiu o controle dos negócios e finalizou o processo de retalhamento dos territórios Xetá na Serra dos Dourados.¹⁷

Mapa 3. Planta do conjunto de glebas da Colônia Serra dos Dourados.



Fonte: PARANÁ-ITCG, 2015.

16 Cf. Suemitsu MIYAMURA. Aumentando as riquezas do Estado. **O Dia**, Curitiba, 11/11/1951. Essa matéria escrita pelo Sr. Suemitsu em março de 1951 tinha a finalidade de apresentar ao novo governador do Paraná, Bento Munhoz da Rocha, seu empreendimento na Serra dos Dourados aprovado na gestão de Moyses Lupion 1947-1951. O ocorrido com a Cia. Miyamura até sua transferência para a Companhia Brasileira de Imigração e Colonização (Cobrinco) está descrito no Relatório II da Comissão da Verdade, p. 223-226. Também temos o relato do Sr. Hidemitsu Miyamura, filho do dono da empresa, que pode ser obtido no site <http://www.discovernikkei.org/pt/journal/2013/6/5/filme-antigo-2/>.

17 Com essa decisão o Sr. Suemitsu Miyamura iniciou uma ação indenizatória contra o governo do Paraná que só terminou trinta anos mais tarde, em 1985, com decisão favorável a ele que já contava com 71 anos de idade.

A entrada para a colonização da Serra dos Dourados se deu através de Cruzeiro do Oeste, cidade criada no Núcleo Colonial Cruzeiro pela Cia Sul Brasileira de Terras e Colonização.¹⁸

Figura 2. Vista panorâmica de Cruzeiro do Oeste em 1953.



Fonte: Museu Histórico Dr. Carlos dos Anjos de Cruzeiro do Oeste.

E o bairro Cafeeiros era o lugar obrigatório de parada de todos que chegavam na região com intenções de ir a Oeste. Ali também parou, em 1946, um grupo de agrimensores e técnicos do governo do Estado do Paraná para fazer o levantamento topográfico da região, e reconhecer a picada da Estrada Boiadeira já traçada desde os anos de 1913.¹⁹

A Estrada Boiadeira foi planejada no início do século XX para escoar o gado do Mato Grosso até os frigoríficos implantados nas cidades dos Campos Gerais, e ligava os Campos do Mourão a Porto Camargo nas margens do Rio Paraná. Os campos naturais existentes nos divisores dos Rios Ivaí e Piquiri, denominados de Campos do Mourão, já tinham sido ocupados com fazendas de gado desde 1880 e estavam apenas a 100 Km a leste dos territórios Xetá.

O protagonismo Xetá na defesa de seus territórios na Serra dos Dourados nos primeiros anos da invasão.

Desde muito tempo meus avós diziam assim: eles vão tomar nossa terra. (Kuein, In SILVA, 1998: 152)

Se por um lado a literatura que trata da história do povo Xetá tem sistematicamente denunciado as atrocidades cometidas contra eles pelas companhias colonizadoras, pelo Estado do Paraná e o SPI; por outro, a literatura que trata da história da colonização da região, do surgimento das vilas e cidades, se esforça para apagar a presença deles, ou amenizar a tragédia que foi a invasão da Serra dos Dourados e o quase extermínio desse povo. Com raras exceções encontramos nessa produção polarizada o protagonismo do povo Xetá em meio ao processo de avanço da frente pioneira em seus territórios.

Assim, contrariando o senso comum e muito do que se escreveu sobre a passividade dos Xetá diante da invasão de seus territórios, a análise da documentação gerada pelo SPI, e as narrativas dos Xetá, revelam que eles agiram no limite de suas forças contra os invasores. Os Xetá procuraram, por vários anos (de 1949 a 1955), as várias formas possíveis de afastar os brancos da Serra dos Dourados. Somente depois de sete anos, quando algumas de suas crianças já tinham sido capturadas, e muitos já haviam sido mortos pelas doenças trazidas pelos colonizadores ou a tiros por jagunços, é que um dos grupos Xetá resolveu se aproximar da Fazenda Santa Rosa nas cabeceiras do rio 215.

18 Sobre a genealogia dos municípios da região e a história de Cruzeiro do Oeste, ver: RODRIGUES, 2000; CARDOSO, 2007.

19 Hoje esse é o traçado da BR-487, para uma descrição do seu traçado original feito por um dos engenheiros que nela trabalhou em 1920, ver COELHO JUNIOR, 1946.

O entendimento dos sinais da chegada dos *txikândji* – brancos

Os Xetá sabiam da existência de populações brancas desde a muito tempo, até construíram uma explicação para o surgimento do homem branco.²⁰ Já em 1840 tinham tido contatos com os sertanistas do Barão de Antonina que vasculhavam o rio Ivaí em busca de minerais. Na segunda metade do século XIX tiveram contato com engenheiros que estudaram traçados de hidrovias e ferrovias ao longo desse rio, e com moradores da Colônia Teresa Cristina que se embrenhavam nas matas adjacentes do rio Ivaí. (Mota, 2013)

E os Xetá da Serra dos Dourados também sabiam da existência dos *txikândji* porque o pai de uma das crianças que sobreviveu ao extermínio tinha sido capturado por brancos e ele lhes contava essa história, que *Tukanambá*²¹ reproduziu para Carmen L. Silva em 1996.

Há muito tempo, antes mesmo de nós nascermos, o pai de Kuein foi preso e levado pelos brancos. Ele ficou junto com os homens estranhos durante muito tempo. Cortaram-lhe o cabelo, tiraram-lhe o arco e flecha, e ficou preso, o coitado, até que um dia ele conseguiu fugir. (...) Na aldeia, ele contou toda a história sobre o seu rapto e os raptos. (SILVA, 1998:157)

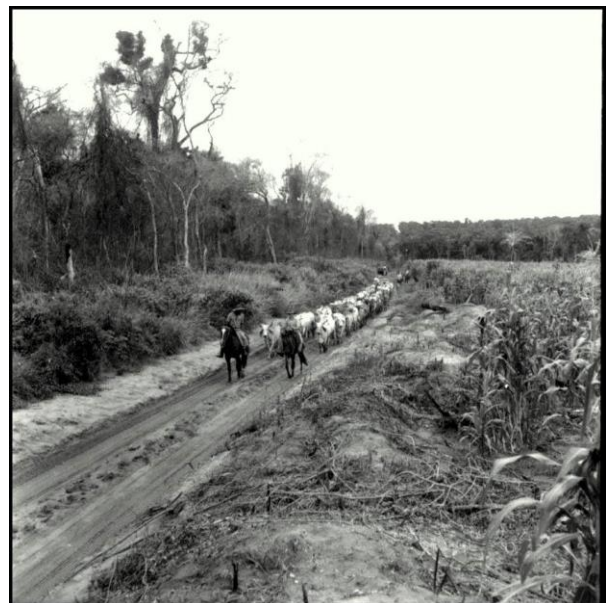
Dessa forma, conhecedores da existência dos *txikândji*, eles perceberam os sinais de sua chegada.

As narrativas dos sobreviventes Xetá, feitas muitos anos depois de terem sido retirados da Serra dos Dourados, relatam a presença na região de animais diferentes daqueles que

estavam acostumados a conviver. *Tukanambá* relatou, o susto que uma de suas tias, quando ainda criança, levou ao encontrar uma dessas criaturas próximas a um riacho onde brincava. “Quando ela chegou lá (perto do córrego), ela avistou um bicho grande, preto, de chifres e muito esquisito. Com medo, ela gritou e correu feito louca. O bicho por sua vez, assustado, corria também. (...) a aldeia virou um alvoroço só.” (SILVA, 1988:156).

Inúmeras cabeças de gado devem ter se alongado das fazendas dos Campos do Mourão, ou extraviado das boiadas que passavam pela estrada Boiadeira e chegaram próximas dos *tapuy* Xetá assustando suas crianças. Esse foi um dos primeiros sinais de que os *txikândji* estavam chegando.

Figura 3. Estrada Boiadeira.



Fonte: Museu Histórico Dr. Carlos dos Anjos de Cruzeiro do Oeste

20 Para detalhes sobre essa explicação dada a pesquisadora Carmen Lucia da Silva por Tikuein (Mã), e confirmada por outros dois Xetá Kuein e Tuca em 1997, ver (SILVA, 1998: 152-155).

21 O professor Aryon Rodrigues registrou que quando estava para nascer o nome de Tukanambá era *Inambu*, (*Crypturellus*) pois nessa época seu grupo familiar capturava muito dessas aves, mas quando ele nasceu ele recebeu o nome de "*wa'bay* - arara vermelha, (*Ara chloropterus*)" RODRIGUES, 2013a. Em 1956, quando vivia no SPI em Curitiba, foi batizado com o nome de Tukanambá José Paraná, mas já aparecia na documentação do SPI desde 1952 como Tucanambá, e era carinhosamente conhecido como Tuca. Ele nasceu na Serra dos Dourados provavelmente em 1947, foi levado criança com sete anos para Curitiba, depois mudou para a Terra Indígena Marrecas, em seguida Mangueirinha e Rio das Cobras. Faleceu em 11 de junho de 2007 no do Hospital Evangélico de Curitiba, e foi sepultado na Terra Indígena Mangueirinha - Paraná.

Outra indicação da presença dos invasores *txikãndji* na Serra dos Dourados veio do céu. A Cia. Miyamura empregou, nos dizeres do professor e engenheiro Jeronymo Monteiro Filho²², o que havia de mais moderno na época em topografia para esquadrinhar as Glebas do seu empreendimento. Ela utilizou fotografias aéreas, produzidas pela Cia Cruzeiro do Sul, no aprimoramento dos trabalhos topográficos de definição das estradas e medição dos lotes.

O ronco dos aviões que esquadrinhavam a região assustava e despertava a reflexão dos Xetá. Ao ver aqueles objetos passando por cima das árvores eles o associaram com um besouro enorme chamado *catacutari-adje*.

E *Kuein/Nhaguakã* relatou a percepção que tinham dos aviões.

Quando o avião passava no alto, eu tinha medo. Fazia muito barulho, como aquela espécie de besouro que conhecíamos. A gente se escondia tudo no mato. À noite, deitado nos braços do meu pai, eu perguntava: pai, o que é isso, que passa em cima da árvore? Que bicho é esse? Ele respondia: Tikuein, isso que você está vendo no alto fazendo barulho é gente branca, é coisa de branco, eles andam lá dentro, contava ele. (SILVA, 1988:157-158)

Sobrevoando a espessa mata que cobria a margem esquerda do Rio Ivaí, os fotógrafos e aviadores não percebiam a presença dos Xetá logo abaixo, mas invisíveis em meio a floresta os Xetá sabiam que dentro dos aviões havia os brancos que chegavam em seus territórios.²³

A presença dos *txikãndji* também foi notada nas águas do Rio Ivaí. Instalados nas copas das árvores mais altas eles viram o

movimento de canoas que subiam e desciam o rio, dos homens barbudos que subiam suas barrancas e nelas faziam armadilhas para capturar os animais que frequentavam os barreiros à procura de sal.

Tinha muitos bichos lá, era só armar mais mundéu. Mas nós fomos embora para mais distantes do rio, onde ninguém nos acharia. Os brancos estavam lá no meio do rio Ivaí, não podiam nos ver, mas nós os avistávamos nos barcos e fugimos. (Tuca, Rio das Cobras, 1996, In SILVA, 1998:159)

Talvez os brancos a que se referem fossem os homens que acompanhavam Reinhardt Maack na expedição de 1934. Ele relatou que encontrou sinais de acampamento e que seus homens ouviam passos e vozes na floresta próxima as suas barracas nas proximidades da Corredeira do Ferro no rio Ivaí. (MAACK, 1962)

E por fim, cada vez mais perto, os Xetá passaram a ouvir o som dos machados que abriam as picadas para construção das estradas e clareiras, o crepitar e o clarão das queimadas que destruíam suas florestas.

As vezes começava com a queimada da mata, (...). Caiam fagulhas de fogo onde estávamos, ficava muito quente. Olhávamos do alto e já víamos picadas próximas, sabíamos que os brancos estavam queimando o mato. (Tuca e Kuein, 1996 e 1997, in: SILVA, 1998: 163)

A continuidade da estratégia da invisibilidade

Durante o século XIX os Xetá tiveram várias oportunidades de estabelecer relações

22 Jeronymo Monteiro Filho era engenheiro e professor da Universidade do Brasil. Na época, ele dava assessoria ao empreendimento da Cia. Miyamura e escreveu a matéria "O empreendimento da Serra dos Dourados", publicada no jornal *O Dia*, Curitiba, Edição 08747, 04/07/1951.

23 Para obtenção das fotos aéreas os aviões sobrevoavam a Serra dos Dourados a uma altitude de 700 a 1500 metros. Sobre essa questão do uso da aerofotogrametria na agricultura no Paraná ver Wilson Francisco de OLIVEIRA. Análise e organização da cobertura aerofotogramétrica produzida pelo IBC/GERCA no Estado do Paraná no ano de 1970. Dissertação (mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2012.

com a sociedade envolvente, mas não o fizeram (Mota 2013). E naquele momento, fim dos anos de 1940 e início de 1950, também resistiram às tentativas de contato com os topógrafos do Estado do Paraná, com os encarregados das companhias colonizadoras e com os agentes do SPI. Resistiram por vários anos até 1955, quando um dos grupos se aproximou da Fazenda Santa Rosa

Os Xetá viam os *txikândji* no céu com seus aviões, nas águas do rio Ivaí e nas picadas e clareiras que abriam nas matas, mas os invasores não os viam, estavam imersos na imensa floresta que cobria o noroeste do Paraná. Diante desses sinais os Xetá redobram e ampliam as medidas de invisibilidade. Deram continuidade à uma estratégia que vinha sendo adotada desde os primeiros encontros com homens brancos em meados do século XIX.

Quando foi acionado, o SPI enviou sua primeira expedição para a Serra dos Dourados em agosto de 1950. Para lá seguiu o agente de sertão Wismar Costa Lima Filho, que vistoriou a região percorrendo 46 quilômetros de picadas nas cabeceiras do Rio do Veadão onde confirmou a presença dos índios. Em um dos barreiros, frequentados por diversos animais, encontrou: “rastros de perto de 3 índios adultos, 1 mulher e 2 crianças”; conforme Wismar, eles deviam ter estado nesse local a uns vinte dias passados. Nesses barreiros ele encontrou também “uns 15 laços para pegar antas e mais uns 6 mundês para pegar pacas”. Também haviam rastros indicando que tinham seguido a jusante do rio do Veadão em direção ao rio Paraná, e muitos cachos de jerivá cortados das palmeiras com algum instrumento diferente de machados e foices. Depois de alguns dias percorrendo a região o agente Wismar retornou a sede da colonizadora sem encontrar nenhum grupo indígena. (SPI,

Filme 070, fotograma 2328 e 2329)

A segunda expedição, comandada por Deocleciano de Souza Neném, ocorreu em janeiro de 1951. Sobre essa expedição encontramos informações fragmentadas no Relatório da terceira viagem realizada em julho/agosto de 1952. Nesse relatório ele disse que era verídica a informação da existência de “índios arredios” na região, confirmou que a expedição da Cia Myamura com o Guarani Vicente Padilha tinha estado “em contato com os índios e não se entenderam”, e chegou a vistoriar uma das aldeias Xetá, mas também não conseguiu nenhum contato. Os Xetá não quiseram contato com a expedição do agente Deocleciano porque além de estar acompanhado com os homens da Cia Myamura ele levou junto nesta expedição, quatro índios Kaingang do Posto Indígena Ivaí, que de acordo com Deocleciano, não conseguiram fazer-se entender pelos Xetá. (SPI, Filme 070, fotogramas 0466 a 0467)

Quando retornou de sua primeira viagem, Deocleciano acrescentou às informações que tinha recebido do índio guarani Vicente, de que os índios que estavam na Serra dos Dourados usavam um adorno labial, similar ao utilizado pelos Xokleng, então resolveu levar em sua segunda viagem um interprete Xokleng do Posto Indígena Rio dos Pardos - SC. E em julho de 1952 ele e o guia xokleng Vaipan estavam inspecionando as nascentes do rio 215 onde os empregados da Cia Myamura tinham capturado um menino e um adulto. O menino *Tiknein-Uió/Kainá*²⁴, acompanhou Deocleciano em suas inspeções até as aldeias que estavam nas proximidades do acampamento da Cia Myamura.

A uma distância de seis quilômetros da

24 Os homens da Cia Colonizadora Miyamura fizeram contato com os índios Xetá, na margem esquerda do Rio 215, e numa fria tarde do dia 03/06/1952, prenderam e levaram para o acampamento central da Cia o pequeno *Tiknein-Uió/Kainá* e seu tio, um adulto chamado *Pixapa*. Em seguida ele foi levado por Deocleciano de S. Nenê para Curitiba onde foi batizado como Antônio Guairá Paraná. A partir de fevereiro de 1956 vamos encontra-lo no Posto Indígena Apucarantina, onde ficou até 1959. Ele faleceu em 1976 não deixando filhos.

sede da colonizadora deparou-se com os primeiros sinais da presença dos índios: eram as armadilhas conhecidas por mundéus, os laços de captura de animais. Após andarem um pouco mais chegaram a aldeia que tinha sido abandonada havia pouco tempo.

Ali vimos o seguinte: "3 choças armadas com varas de regular grossura, em forma de círculo, cumieira redonda com copa de chapéu, 2 descobertas, e uma ainda com algumas folhas de Palmeiras, conforme as fotos, juntos, de um lado um monte de castanhas de coquinhos de Palmeiras; mais adiante outro monte de ossadas de animais e junto uma choça que estava um tronco de palmito com uma cavidade queimada, tronco esse que é instrumento de fazer fogo. (SPI. Filme 070, fotograma 0469)

Nas proximidades da aldeia havia um riacho e na areia estavam rastros recentes da passagem dos índios, mas na aldeia não encontraram nenhum índio. Ao perceber a aproximação deles os ocupantes da aldeia se afastaram, não quiseram estabelecer o contato, mesmo vendo que os acompanhava o menino Xetá.

Figura 4. Da esquerda para a direita: Deocleciano (meio corpo), o xokleng Vaipan, os irmãos japoneses Tadao e Massayochi Ito fiscais da Cia Miyamura; Pixapa e o pequeno Kaiuá, o cozinheiro do acampamento o sr. Jose Alves e outros trabalhadores da Cia



Fonte: Hidemitsu Miyamura. Filme antigo (2) A Colonização da Serra dos Dourados. <http://www.discovernikkei.org/pt/journal/2013/6/5/filme-antigo-2/>.

No dia seguinte fizeram uma nova inspeção na cabeceira do Rio 215, e ali encontraram novamente as armadilhas de captura de animais organizadas longo de suas margens. Nas proximidades ouviram, “barulho de alguém, gritos e choro de crianças (...) não fora o barulho da água (...) ouvíamos bem a fala dos índios, e então o índio Vaipã poderia compreender si era ou não da tribo botocuda” (SPI. Filme 070, fotograma 0471). O interprete Xokleng levado na missão não compreendeu o que os Xetá falavam, então resolveram voltar ao acampamento da Cia.

Retornaram nesse local e notaram que os índios não tinham levado nenhum dos presentes deixados, e perceberam um grande silêncio quebrado apenas pelo marulhar das águas do riacho que ficava próximo da *oka* dos Xetá. Deocleciano seguiu o plano traçado de chegar até a aldeia, e dividiu o pessoal que o acompanhava em duas turmas:

(...) a primeira a chegar com a seguinte escala: 1º o indiozinho, despido; 2º Jose Alves sem chapéu e sem camisa, segurando pela mão do indinho; 3º e 4º os japoneses Tadao Ito e Massayochi Ito, também sem chapéu nem camisa, que, sendo eles japonezes confundem-se com os índios, e por ultimo, eu, sem alteração no vestuário. (SPI. Filme 070, fotograma 0471)

O restante da turma deveria ficar aguardando o chamado, e assim marcharam em direção a aldeia que estava numa clareira no meio de um taquaral, mas não havia mais ninguém nessa *oka* Xetá. Então chamaram o resto do grupo que tinha ficado na retaguarda e todos ficaram aborrecidos por não terem encontrados os Xetá.

Vasculharam a aldeia e os *tapuy* conforme o relatou Deocleciano. Nela havia quatro *tapuy*, três cobertos e um sem cobertura:

(...) perto de uma delas estava um pilão feito de tronco de palmeira; de outro lado um montão de castanhas de coquinho de palmeira, que calculamos ter mais de 200

litros; de outro lado estava uma ossada de animais, assim como muitas penas de diversas aves; no mato próximo estava uma árvore caída de uns 40 a 50 centímetros de grossura, e uns 7 a 8 metros de comprimento, que servia de privada, sendo utilizada de um só lado. (SPI. Filme 070, fotograma 0472)

Era uma aldeia similar à que tinha encontrado no primeiro dia, com as mesmas características e disposição dos *Tapuy*, e com as mesmas reservas de castanhas de coquinhos armazenadas em um lado e ossos de animais no outro, a diferença era que nesta havia um pilão de madeira.

A recusa ao contato com a não aceitação dos presentes

Além de recusarem o contato, os Xetá não aceitaram os presentes deixados pelo SPI, numa clara demonstração de não estarem dispostos a estabelecer relações com os invasores de seus territórios. Em comunicado aos seus superiores, no Rio de Janeiro, o agente Deocleciano de Souza Nenê relatou as informações que tinha recebido do Sr. Agostinho Veronese. Este o informou das dificuldades que estava tendo com os trabalhos de demarcação na Serra dos Dourados devido a presença dos indígenas, e que ele tinha feito esforços no sentido de atrair os índios deixando em um dos *tapuys* dos Xetá alimentos como feijão, farinha, sal, açúcar e ferramentas, mas que não foram tocados pelos índios.

(...) foi pela turma deixado dentro de um rancho provisório, alguns mantimentos, sendo: feijão, farinha de mandioca, açúcar, sal, assim como umas ferramentas: - foices, machados, facões, para ver se os índios levavam, até o dia que ele retirou-se de lá a 6 dias antes, não haviam levado nada. (SPI. Filme 074, fotograma 0833)

Na segunda viagem de Deocleciano realizada em julho de 1952 (terceira do SPI), ele também deixou presentes nas proximidades de

uma aldeia: “(...) alguns cobertores, camisas de meia, ou de malha, chocolateiras de folha, colares fantasias e brincos, 2 machadinhos de carpinteiro” (SPI. Filme 070, fotograma 0471). Nenhum desses presentes foram tocados ou levados pelos Xetá, o que foi constatado quando a turma retornou ao local no dia seguinte.

(...) chegamos onde havíamos deixado os presentes para os índios, verificando que não haviam levado nenhum, notando-se também reinar um silêncio, não se ouvindo mais gritos e choro de crianças como no dia anterior. (SPI. Filme 070, fotograma 0472)

Nesses primeiros anos de ocupação de seus territórios os Xetá sinalizaram que não queriam contato com os invasores. Recusaram presentes deixados pelas companhias colonizadoras e pelos agentes do SPI, e se afastaram das aldeias por eles identificadas.

A presença de guerreiros armados nas picadas dos *txikândji*: uma primeira advertência

Assim que recebeu parecer favorável do governador do Estado para o seu plano de colonização em 1949, o Sr. Suemitsuo Miyamura deu início aos trabalhos. Informou que a primeira sede da Colônia, localizada a 15 quilômetros da entrada do Núcleo Serra dos Dourados, estava em fase de instalação, e ali trabalhavam em torno de 200 operários nos serviços de abertura de estradas, na construção de habitações e na construção de um aeroporto. E logo que iniciaram os trabalhos de abertura das picadas os trabalhadores da Cia Colonizadora Miyamura foram surpreendidos com a presença de guerreiros Xetá nas profundezas dessas picadas. Com uma estratégia específica, apareciam e desapareciam amedrontando os mateiros.

Imediatamente os encarregados da Cia procuraram o índio guarani Vicente Padilha, que vivia na recém fundada vila de Cruzeiro do Oeste, contratando-o para verificar quem eram

aqueles índios. Essa tentativa foi confirmada, em 2015, pelos senhores Dorival Avá Alves Padilha e José Alves Padilha, filhos de Vicente Guarani, e moradores da Terra Indígena Ivaí. Eles relataram que eram meninos na época e confirmaram participação de seu pai nessa expedição da Cia Miyamura, e também confirmaram o insucesso das tentativas feitas para estabelecer alguma comunicação com os Xetá.²⁵

O agente Wismar Costa descreveu o encontro que os trabalhadores da Cia Myamura tiveram com os índios um mês antes de sua expedição. Os picadeiros lhe relataram que: “avistaram á uns 200 metros, um grupo de 7 índios completamente nus, de cabelos e barbas crescidos, portando arcos e flechas” (SPI. Filme 070, fotograma 2329).

A presença de grupos de índios adultos armados espreitando-os nas picadas apavorou os trabalhadores que se recusaram a continuar os trabalhos de demarcação, o que motivou o Departamento de Geografia Terras e Colonização do Estado do Paraná a solicitar auxílio ao SPI.

Alguns meses depois, em dezembro de 1950, o Engenheiro Sady G. Silva, chefe do DAOP - Departamento Administrativo do Oeste do Paraná, oficiou Lourival da Costa Cabral chefe da 7ª IR do SPI em Curitiba, sobre a ação dos indígenas que estavam “impedindo” os trabalhos de demarcação de terras na Serra dos Dourados

Tendo as turmas de agrimensores, deste Departamento, em trabalhos de medição e demarcação da Colônia SERRA DOS DOURADOS, próxima ao rio Paraná, encontrado grupos de índios, que estão impedindo a execução dos referidos serviços, (SPI. Filme 070, fotograma 0205)

Na sequência do Ofício o engenheiro Sady solicitou cooperação da Inspetoria

Regional afim de normalizar a situação e poder dar prosseguimento aos trabalhos. A 7ª IR respondeu ao ofício do DAOP dizendo não ter recursos para se deslocar até a Serra dos Dourados para verificar a situação.

No começo do ano, em 3 de janeiro de 1951, o Sr. Agostinho Veronese apresentou-se na Inspetoria Regional de Curitiba, dizendo ser contratante dos serviços de demarcação e loteamento de glebas na Serra dos Dourados, para informar pessoalmente a chefia da Inspetoria que os trabalhos estavam “completamente paralisados”.

- a) Tendo encontrado dificuldade no prosseguimento dos serviços, pelas repetidas incursois dos selvícolas existentes naquela região, os quais, apesar de não terem atitudes ostís, conservam sempre os operários em sobressalto continuo.
- b) (...)
- c) Como os trabalhos de topografia se acham completamente paralisados, (...). (SPI. Filme 074, fotograma 1169)

A paralização dos trabalhos causados pela presença dos Xetá causava transtornos tanto para o contratante, que tinha que pagar seus trabalhadores, como para o DAOP que não finalizava as demarcações para comercializar os lotes dos terrenos, no entender do Sr. Agostinho Veronese. O ofício do DAOP e as informações prestadas por Veronese foram enviadas ao SPI no Rio de Janeiro, e o chefe da 7ª IR solicitou autorização e recursos para vistoriar a presença desses indígenas na Serra dos Dourados.

Assim, percebendo que os brancos não iam embora, mesmo não os encontrando, os Xetá tomaram essas medidas mais enérgicas. Adotaram a estratégia de intimidar os trabalhadores das frentes de serviço que estavam internados em seus territórios, com grupos de guerreiros armados, aparecendo para os homens

25 Sobre a presença do Guarani Vicente com sua família na região, ver FERREIRA, 1996:257.

das frentes de trabalho, mostrando a eles que estavam sendo seguidos e observados.

A sinalização das picadas feitas pelos *txikãndji*: avisos mais contundentes

Inacessíveis em suas aldeias, mas presentes nas picadas no interior das matas, os Xetá passaram a sinalizar os locais frequentados pelos brancos, advertindo-os de que eles não eram bem-vindos em seus territórios.

Em 10 de agosto de 1950 o Chefe da Inspetoria Regional do SPI em Curitiba enviou telegrama aos seus superiores no Rio de Janeiro informando que o Departamento de Colonização do Oeste do Estado do Paraná tinha lhe comunicado a presença de “índios arredios estado selvagem” na região de Campo Mourão impedindo o prosseguimento dos trabalhos do referido Departamento. (SPI. Filme 070, fotograma 0166)

A presença dos Xetá amedrontando e impedindo os trabalhadores das frentes de demarcação continuou durante o ano seguinte. Em junho de 1952, foi a vez do engenheiro Américo Nicz, do DGTC – Departamento de Geografia, Terras e Colonização, escrever ao inspetor Deocleciano de Souza informando-o da presença de indígenas no acampamento do agrimensor Jose Alves Pereira. Informou ainda que:

(...) segundo informações mais precisas já foram constatados na região diversos sinais, bem como cruzeiros e outros, nos caminhos e picadas existentes, ao que se presume, sinais de advertência. (SPI. Filme 070, fotograma 0443)

As ameaças de ataques aos acampamentos das colonizadoras

Apesar de todas essas sinalizações e advertências que os Xetá faziam, o que causava medo e atrasava os trabalhos, os invasores não se afastavam de seus territórios. Então os Xetá passaram a ameaçar os acampamentos das

turmas de medição de terras. O empreiteiro Agostinho Veronese relatou para Deocleciano de S. Neném como estava a situação na Serra dos Dourados no início de 1952. Os Xetá apareciam para os trabalhadores em grupos armados nos confins das picadas, e a noite eles rondavam os acampamentos jogando paus e pedras. Isso levou os empregados de Veronese a suspender os trabalhos com temor de um ataque dos índios.

Disse que está com os serviços suspensos porque nenhuma pessoa quer trabalhar mais no serviço de picadas, temendo um ataque dos índios; que até então, esses índios só a noite passam rondando o acampamento, jogando paus e pedras. Que ele próprio viu 6 índios, todos nus, cabelos compridos, caídos sobre os ombros; homens de boa estatura, morenos. (SPI. Filme 074, fotograma 0833)

Conclusão

A Serra dos Dourados e suas adjacências compunham o território Xetá em meados do século XX. Esses territórios tinham para eles um significado carregado de conteúdo social, histórico, cultural e sagrado: não podia ser dividida em glebas e vendida em lotes. No entanto, a busca de lucros da sociedade capitalista alcançou seus territórios com um outro objetivo, uma outra dimensão: a de se apropriar desse espaço, retalhando a terra e etiquetando-a com valores, transformando-a em mercadoria pelo potencial produtivo que carregava. E nessa perspectiva, as árvores e os animais também tinham o seu preço, também foram transformados em mercadorias.

Mas antes dessa transformação, ou concomitante a ela, o capital precisou fazer outra operação: criar a ideia de que a região estava desabitada. Cria-se o mito do “vazio demográfico” a ser ocupado pela colonização pioneira. Vazio criado pela expulsão e/ou eliminação física dos Xetá da região, e pelos agentes da colonização que escreveram a história desse processo.

Primeiro os trabalhadores abriram as picadas para os topógrafos do Departamento de Geografia Terras e Colonização (DGTC) definirem os Núcleos Coloniais e as Glebas que seriam negociadas com as Cias Colonizadoras. E quando esses agentes do Estado depararam com os Xetá nos recônditos das matas procuraram convencer a todos que eles eram “índios do Mato Grosso” que apenas estavam de passagem caçando na região. Essa ideia foi defendida num primeiro momento inclusive pelos sertanistas do SPI.

Depois, as Companhias Colonizadoras, ao abrirem as estradas e demarcarem lotes e locais das futuras vilas e cidades, ao encontrarem os índios os aprisionaram e acionaram o órgão indigenista (SPI) para retirá-los das Glebas e enviá-los às Reservas Indígenas existentes no Paraná, pois lá eram os “lugares” onde os índios deveriam ficar, conforme o “acordo” do governo paranaense e federal assinado em 1949.

E por último, consolidada a expropriação, foi a chegada dos colonos que derrubaram e queimaram as matas para o plantio do café, construção de moradias e fundação das vilas e cidades.

Dessa forma, o machado, o fogo, as doenças, as espingardas e os caminhões, foram expulsando e afastando os indígenas que teimavam em permanecer no que sobravam das matas de seus territórios. Os que não foram colocados em caminhões e levados para lugares distantes tiveram suas crianças roubadas e adotadas por famílias ou ordens religiosas com a missão de transformá-los em “civilizados”, e outros internaram-se nas matas que ainda restavam e desapareceram.

Para o governo do Estado do Paraná, para o SPI, para a maioria dos colonos que ocuparam a região e para a população em geral, foi dessa forma que os Xetá foram “extintos” da Serra dos Dourados. Mas, eles lutaram no limite de suas forças por seus territórios, e como afirmaram para a pesquisadora Carmen L. Silva,

eles sobreviveram ao extermínio, e não querem mais aparecer na história, nos livros e na imprensa como um povo extinto, e sim como um povo que lutou para não ser extinto e continuam lutando pela sua existência.

Referências

Documentos do SPI – Serviço de Proteção aos Índios

SPI. Agrindios - Telegrama de 10 de agosto de 1950, da Inspetoria Regional de Curitiba ao SPI Rio de Janeiro. Microfilme 070, fotograma 0166, Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI. Relatório de 16 de set., de 1950, realizado pelo auxiliar da I.R.7, Wismar Costa Lima Filho, para Lourival da Mota Cabral – Chefe da 7ª Inspetoria Regional do SPI no Paraná. Microfilme 070, fotogramas 2328 e 2329, Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI. Ofício Nº 248/50 de 26 de dez de 1950, do Departamento Administrativo do Oeste do Paraná, ao Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios. Microfilme 070, fotograma 0205, Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI. Protocolo de 04 de jan de 1951 do Sr. Agostinho Veronese ao Diretor do Serviço de Proteção aos Índios. Microfilme 074, fotograma 1169, Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI. Relatório de 01 de abr. de 1951, realizado pelo Chefe Substituto da Inspetoria Regional do SPI no Paraná, Deocleciano de Souza Nêne, para o Diretor do SPI Modesto Donatini Dias da Cruz. Microfilme 074, fotogramas 833 e 834, Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI. Relatório apresentado ao Sr. Lourival da Mota Cabral, chefe da I.R.7, do SPI, pelo Sr. Deocleciano de Souza Nêne, com referencia aos índios existentes em Serra dos Dourados, município de Peabiru neste estado, em 6 de agosto de 1952. Microfilme 070, fotogramas 0466 a 0475, Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI. Ofício Nº 424/52, de 23 de jun de 1952, do Departamento de Geografia, Terras e Colonização ao Diretor do Serviço de Proteção aos Índios. Microfilme 070, fotograma 0443, Museu do Índio, Rio de Janeiro.

SPI. Ofício de 23 de jun. de 1952, do Eng. Américo Nicz, para Deocleciano de Souza Nêne – Chefe da 7ª Inspetoria Regional do SPI no Paraná. Microfilme 070, fotograma 443, Museu do Índio, Rio de Janeiro.

Relatórios, Decretos e Acordos

BRASIL. Termo de acordo entre o Governo da União e o Governo do Estado do Paraná, visando a regularização das terras destinadas aos índios no território daquele

Estado e a prestação de maior assistência aos mesmos silvícolas. **Diário Oficial da União (DOU)** 18/05/1949, Seção 1, Pg. 17.

BRASIL. Decreto Lei nº. 50.665, de 30 de maio de 1961. Cria o Parque Nacional de Sete Quedas e dá outras providências, 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50665-30-maio-1961-390248-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 06 de maio. 2016.

BRASIL. Decreto n. 86.071, de 04 de junho de 1981. Extingue o Parque Nacional de Sete Quedas, 1981. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-86071-4-junho-1981-435549-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 06 de maio. 2016.

PARANÁ. Relatório apresentado a Sua Excia. o Sr. Dr. Getúlio Vargas, M. D. Presidente da República pelo Snr. Manoel Ribas, Interventor Federal no Estado do Paraná. Exercício de 1932 a 1939. Curitiba: Imprensa Oficial, 1940.

PARANÁ. A concretização do Plano de Obras do Governador Moyses Lupion 1947-1950. Curitiba: Imprensa Oficial, 1950.

PARANÁ-Departamento Administrativo do Oeste do Paraná. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Bento Munhoz da Rocha Neto DD. Governador do Estado do Paraná pelo Diretor Dr. Estevam Ribeiro de Souza Netto (Eslarecimentos dos trabalhos executados no período de 7-2-1951 a 31-12-1951). Curitiba: Imprensa Oficial, 1951

PARANÁ-ITCG. Acervo de Mapas e plantas topográficas. Curitiba: s/e, 2015.

PARANÁ- MINEROPAR. Atlas comentado da geologia e dos recursos minerais do Estado do Paraná. Curitiba: Mineropar, 2001.

Bibliografia

BAERREIS, David Albert. The Ethnohistory Approach and Archaeology. **Ethnohistory**, v. 8, n. 1, p. 49-77, 1961.

BALANDIER. Georges. A noção de situação colonial. **Cadernos de Campo, (São Paulo, 1991)** v. 3, n. 3, 1993, p. 107-131, 1993.

BALDUS, Herbert. O XXXIV Congresso Internacional de Americanistas. **Revista Sociologia**, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 459-463, 1960.

BRAGA, Rubens. Contribuição ao estudo fitogeográfico do estado do Paraná: Serra dos Dourados. **Boletim**

Paranaense de Geografia, Curitiba, n. 6 e 7, maio 1962, p. 29-41.

BRASIL. **Constituição Brasileira**. (1946). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-republicacao-1-pl.html>>. Acesso em: 06 de maio. 2016.

CARDOSO, Cássia Regina Soares. O processo de ocupação do noroeste paranaense nas décadas de 1950 a 1960. Maringá, PDE-UEM, 2007.

COELHO JUNIOR. Carlos Albert Teixeira. **Pelas selvas e rios do Paraná**. Curitiba : Guaíra, 1946.

DORSON, Richard Mercer. Ethnohistory and Ethnic Folklore. **Ethnohistory**, v. 8, n. 1, p. 12-30, 1961.

EWERS, John Canfield. Symposium on the Concept of Ethnohistory – Comment. **Ethnohistory**. v. 8, n. 3, p. 262-270, 1961.

FAUSTINO, Rosângela Célia; CHAVES, Marta; XETÁ, Claudemir da Silva; XETÁ, Júlio Cezar da Silva. (Org.) Jané Rekó Paranhá: Narrativas Xetá. Maringá: Eduem, 2013.

FERNANDES, Jose Loureiro. Os índios da Serra dos Dourados (Os Xetá). In: **Anais da III Reunião Brasileira de Antropologia**. Realizada de 10 a 13 de fev. de 1958. Recife : ABA, 1959. p. 27-51.

FERNANDES, Jose Loureiro. Os índios da Serra dos Dourados: estado atual das pesquisas. **Bulletin of international Committee on urgent anthropological and ethnological research**, n. 5, p. 151-154, 1962.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios**. Maringá: Memória Brasileira, 1996.

LEACOCK, Eleanor. Symposium on the Concept of Ethnohistory – Comment. **Ethnohistory**. v. 8, n. 3, p. 256-261, 1961.

LLOYD, William. Caminhos de ferro de D. Isabel da Província do Paraná a de Mato Grosso. Relatório. Rio de Janeiro : Typ. de Leuzinger Filhos, 1875.

LURIE, Nancy. Oestreich. Ethnohistory: An Ethnological Point of View. **Ethnohistory**, v. 8, n. 1, p. 78-92, 1961.

MAACK, Reinhard. Algumas observações a respeito da existência do arenito superior São Bento do Caiuá no Estado do Paraná. **Arquivos do Museu Paranaense**, v. 1, p. 107-129. Curitiba, 1941.

MAACK, Reinhard. Deutsche Yvahy-Expedition 1934. **Zeitschrift der Gesellschaft fuer Erdkunde**. n. 1,2. p. 44-55, 1936.

MAACK, Reinhard. Unbekannte indianer in west-Paraná: das drama eines neuentdeckten indianerstammes in Brasilien. **Kosmos**, v. 58, n.9, p.385-394, Berlim, 1962.

MIYAMURA, Hidemitsu. A colonização da Serra dos Dourados. **Descubra Nikkei**. São Paulo 05 de jun. 2013. p. 1-6. Disponível em: <<http://www.descovernikkei.org/pt/journal/2013/6/5/filme-antigo-2/>>.

MIYAMURA, Suemitsu. Aumentando as riquezas do Estado. **O Dia**, Curitiba 17 de nov. 1951, p. 3.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas. In: NOVAES, A. (org.) **A outra margem do ocidente**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 237-249.

MONTEIRO FILHO, Jeronymo. O empreendimento da Serra dos Dourados. **O Dia**. Curitiba, 04 de jul. 1951, p.4.

MONTEIRO FILHO, Jeronymo. O notável empreendimento da Serra dos Dourados. **Diário da Tarde**. Curitiba, 03 de ago. 1951, p. 5.

MOTA, Lucio Tadeu. **As guerras dos Índios Kaingang**. Maringá: Eduem, 1994. Segunda edição 2009.

MOTA, Lucio Tadeu et al. **Diagnóstico étno-ambiental da terra indígena Ivaí-PR**. Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações Laboratório de Arqueologia, Etnologia Étno-História [CD-ROM]. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2003.

MOTA, Lucio Tadeu. Etno-história: uma metodologia para abordagem transdisciplinar da história de povos indígenas. **Patrimônio e Memória**, v. 10, n. 2, p. 5-16, 2014.

MOTA, Lúcio Tadeu. **Os Xetá no vale do rio Ivaí 1840-1920**. Maringá: Eduem, 2013.

MOTA, Lúcio Tadeu; NOVAK, Eder da Silva. Os Kaingang do vale do rio Ivaí - Pr: história e relações interculturais. Maringá: Eduem, 2008.

MUSEU HISTÓRICO Dr. Carlos dos Anjos de Cruzeiro do Oeste - Paraná. **Acervo fotográfico**. Cruzeiro do Oeste. 2015.

NOVAK, Eder da Silva. Tekoha e emã: a luta das populações indígenas por seus territórios e a política indigenista no Paraná da primeira república 1889 a 1930. Maringá, 2006. Originalmente apresentada como dissertação de Mestrado em História, UEM-PPH-História.

NOVAK, Eder da Silva; MOTA, Lúcio Tadeu. Desiguais e combinados: índios e brancos no vale do Rio Tibagi - PR na primeira metade do século XX. **Campos** (UFPR), v. 1-2, p. 77-113, 2013.

OLIVEIRA, Antônio Lustosa de. **Passos de uma longa caminhada**. Curitiba: Formigueiro, 1978.

OLIVEIRA, Wilson Francisco de. **Análise e organização da cobertura aerofotogramétrica produzida pelo IBC/GERCA no Estado do Paraná no ano de 1970**. Dissertação (mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2012.

PAULA, Jose Maria de. **Terra dos Índios**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

RODRIGUES, Ari; *et al.* **Cruzeiro do Oeste: origens e formação**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste, 2000.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna Aryon D. **Caderno de campo Xetá**. Maringá: Eduem, 2013a.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna Aryon D. **Vocabulário Ilustrado Xetá**. Maringá: Eduem, 2013b.

SILVA, Carmen Lucia da. **Sobreviventes do extermínio: uma etnografia das narrativas e lembranças da sociedade Xetá**. Florianópolis, 1998. Originalmente apresentada como dissertação de Mestrado em Antropologia, UFSC-PPGAS, 1998.

SILVA, Carmen Lúcia da. **Em busca da sociedade perdida: o trabalho da memória Xetá**. 2003. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília.

VALENTINE, Charles A. Symposium on the Concept of Ethnohistory – Comment. **Ethnohistory**. v. 8, n. 3, p. 271-280, 1961.

VOEGELIN, Erminie Wheeler. An Ethnohistorian's View point. **Ethnohistory**, v. 1, n. 2, p. 166-171, 1954.

WASHBURN, Wilcomb. Ethnohistory: History "In the Round". **Ethnohistory**, v. 8, n 1. p. 31-48, 1961.

WESTPHALEN, Cecília. Maria.; MACHADO, Brasil. Pinheiro.; BALHANA, Altiva. Pilati. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba, v. 7, p. 7-52, 1968.